

O poder em jogo

A redistribuição mais verdadeira de poder pela Constituinte inicia-se agora com a definição do novo sistema tributário, que começa a ser posto de maneira a promover uma divisão real das cotas do dinheiro que se arrecada à sociedade, dinheiro que constitui a matéria-prima mais pura de todo o poder — social, político e econômico.

A profundidade da mudança se acentua pela tendência da Assembléia em constituir um modelo tributário definitivo, um novo padrão para o futuro e não uma solução circunstancial para hostilizar o governo Sarney, ao contrário de outras decisões que colocavam a pessoa presidencial no centro das deliberações

Mesmo assim, o Presidente, envolvido pela circunstância de ser o inquilino do Planalto neste momento, torna-se a primeira vítima do novo modelo constitucional. As contas que acabam de ser feitas pela Receita Federal indicam que o Governo Federal pode perder ainda este ano Cz\$ 225 bilhões com o novo perfil dos fundos de participação dos estados e municípios aprovado na semana passada.

Basta que a Constituinte encerre ainda neste semestre seus trabalhos e mantenha o modelo dos fundos de participação que aprovou em primeiro turno. Nele, o Governo perderia a bagatela de Cz\$ 111 bilhões no segundo semestre, soma que chegaria a Cz\$ 225 bilhões com a inflação de seiscentos por cento do Ministério do Planejamento.

E muito mais dinheiro deve sair da União

para os estados e municípios no futuro, se mantida a tendência com que os constituintes começam a tratar da questão tributária, numa transferência real de poder que se esboça acima dos partidos, capaz de dividir na controvérsia apenas a regiões — exatamente porque as regiões procuram se defender.

O presidente Sarney deve ter razão quando diz que as regiões menos desenvolvidas — o Norte e o Nordeste — podem ser as mais prejudicadas nesse confronto pelo poder, mas a sua manifestação não se realiza no nível adequado. Quando o dinheiro — o poder — está em jogo, de pouco valem apelos emocionais para despertar espíritos beneméritos.

O mais importante instrumento de operação é a articulação política, que não deve ser projetada apenas na definição de questões que penetram no cenário político como afrontas a Sarney. No caso tributário, a delicadeza do problema se aprofunda na medida em que coloca o Presidente da República em confronto com governadores e prefeitos, exatamente nos quais busca força para se defender nas questões pessoais.

Sem ser uma nova questão com Sarney, a definição tributária se inclina pela retomada do sistema federativo, pela recuperação de autonomia por parte dos estados e municípios. É uma conta a ser paga pelo Presidente apenas na qualidade de herdeiro do sistema concentrador que os militares ergueram em oposição ao poder político.